

O CLUBE DE PARIS ABRE AS PORTAS

E a renegociação da dívida pública brasileira agora pode sair logo, trazendo como primeira vantagem a liberação de créditos para importação de equipamentos, bloqueados por causa da moratória. Mas um jornal de Paris prevê que as negociações do Brasil com o FMI serão muito difíceis.

Após a conclusão do acordo de médio prazo com os bancos credores e a retomada dos contatos com o FMI, o caminho está aberto para uma rápida renegociação da dívida pública brasileira com o Clube de Paris, informaram ontem autoridades do Tesouro francês, responsáveis pela secretaria do Clube. Esse novo acordo é fundamental, pois não só permitirá o refinanciamento dos atuais débitos do Brasil em áreas de governo, mas também deverá desbloquear créditos de equipamentos de que o País necessita.

A partir de agora, não mais existem as barreiras que vinham impedindo qualquer negociação com o Clube de Paris — o que não quer dizer que daqui para frente as negociações serão fáceis. O governo brasileiro ainda terá grandes dificuldades pela frente, e algumas independem de sua própria vontade, pois envolvem decisões da Assembléia Nacional Constituinte, que deverá definir questões fundamentais, entre elas as relativas ao quadro político-institucional.

Quem previu primeiro

Ontem, um porta-voz do Crédit Lyonnais, o banco francês que representa os demais franceses no Comitê de Bancos Credores, se orgulhava de ter previsto, na véspera do carnaval, que um acordo entre o Brasil e seus credores era iminente. Ele está convencido de que o Brasil abordará em boas condições as negociações com o Clube de Paris, mesmo porque essa é uma exigência dos credores oficiais (os governos) e de suas indústrias, interessadas na venda de equipamentos, o que se faz por meio de créditos de exportação. Citou, como exemplo, que, na re-



Mitterrand: mudando o tom.



Rocard: FMI é preciso.

cente venda de helicópteros da Aerospatiale às Forças Armadas do Brasil, foi preciso fazer uma difícil operação bancária para que um contrato de financiamento no valor de US\$ 250 milhões pudesse ser concluído.

Normalizadas as relações entre o governo brasileiro e a comunidade financeira internacional, contratos desse tipo poderão ser assinados com maior frequência em diversos setores. Como se recorda, o País decretou moratória por etapas, inicialmente suspendendo o pagamento dos juros de sua dívida comercial e depois, no final de junho do ano passado, estendendo-a também para sua dívida pública junto ao Clube de Paris.

Tal comportamento fez com que o País perdesse apoio externo importante, inclusive junto a setores mais progressistas. O próprio presidente da França, François Mitterrand, modificou seu discurso mais generoso em relação aos países endividados, não concordando com o endurecimento de alguns deles,

que estavam optando por uma prova de força. Ao mesmo tempo, o socialista Michel Rocard, segun-

do homem do PS francês, em conferência feita em Brasília para um público formado basicamente por parlamentares do PMDB, criticou severamente a opção da moratória, indicando o caminho do FMI para países nas condições do Brasil.

Elogios e críticas

O acordo concluído pelo governo brasileiro com seus credores no último fim de semana está sendo amplamente comentado, não só pela imprensa especializada europeia, mas também pela chamada "grande imprensa". Ontem, em editorial de primeira página, o vespertino *Le Monde* trata do que chama "normalização à brasileira". Para o jornal, "o Brasil entrou na linha", após três anos de hostilidades para com uma instituição que só serviria para "esfomear o povo".

O jornal lembra ainda que, para o conjunto dos países da América Latina, Brasília era o último reduto de resistência contra o tratamento clássico do problema da dívida. De qualquer forma, a dívida brasileira, ainda segundo o *Le Monde*, constitui uma arma junto aos bancos e governos cre-

dores, preocupados em não perder suas aplicações, mas também em não desestabilizar uma democracia ainda vulnerável.

Quanto à moratória, decretada em fevereiro do ano passado, ela se mostrou contraproducente, apesar de um saldo comercial de US\$ 11 bilhões no ano passado. Finalmente, para o jornal, o presidente Sarney optou pela normalização internacional, limitando a impressão de derrota deixada por uma volta ao FMI, com o êxito da negociação com os bancos credores.

Já o matutino econômico francês *La Tribune* define esse acordo de médio prazo como o primeiro passo rumo à "normalização" das relações entre o Brasil e seus credores. Dizendo que o País deixou de ser a "ovelha negra" dos credores internacionais, o jornal prevê um acordo com o FMI até fins de junho. O único tom crítico pôde ser constatado no *Les Echos*, outra publicação econômica parisiense. Considera que o Brasil preferiu entrar pelas portas dos fundos no FMI. O jornal admite que as negociações serão difíceis com o Fundo, devendo começar tudo do zero. Dificilmente o País poderá contar, até meados de junho, com o crédito *stand-by* clássico, equivalente à sua cota de mais ou menos US\$ 2 bilhões. Afirma ainda que o FMI até ontem procurava limitar a importância da retomada de contato com o Brasil, dizendo que, por enquanto, esses são apenas contatos técnicos. Segundo o jornal, o FMI não quer cantar vitória antes do tempo, mesmo demonstrando sua satisfação por ter conseguido dobrar um de seus pacientes menos dóceis.

Reall Júnior, de Paris